



NOTAS SOBRE A VIA PRUSSIANA BRASILEIRA E A INDUSTRIALIZAÇÃO NO OESTE PAULISTA

João Victor Moré Ramos ¹

José Messias Bastos ²

Resumo

Este trabalho de cunho teórico trata de discutir o paradigma de formação social na geografia humana a partir das categorias marxistas de modo de produção e formação social aplicadas à industrialização brasileira e paulista. A partir da teoria dos ciclos divulgadas por Ignacio Rangel (juglarianos) procura-se aqui debater as possibilidades de periodização nas análises urbano-regionais das formações sociais de tipo periférico.

Palavras-chave: dualidade básica; industrialização; Oeste Paulista, formação econômico-social

Résumé

Ce travail théorique discute le paradigme de la formation sociale en géographie humaine à partir des catégories marxistes de mode de production et de formation sociale appliquées à l'industrialisation du Brésil et de São Paulo. A partir de la théorie des cycles publiée par Ignacio Rangel (Juglariens), nous cherchons à discuter les possibilités de périodisation dans les analyses urbaines-régionales des formations sociales de type périphérique.

Mots clefs: dualité fondamentale; industrialisation; West Paulista, formation économique et sociale

INTRODUÇÃO

Milton Santos (1977, p.85) teve o mérito de aproximar as bases teóricas do marxismo à geografia no final da década de 1970 ao eleger a categoria de “formação econômico-social” como noção fundamental para aqueles que se propõem estudar “a marcha da natureza” e das sociedades historicamente determinadas como todo “problema maior do materialismo histórico e da prática política” das transições.

Aliás, Marx foi o primeiro a chamar atenção as duas vias de transição do modo de produção feudal, “onde o produtor se torna mercador e capitalista, em contraposição à economia

¹ Doutorando do PPGGeo da Universidade Federal de Santa Catarina - SC, jaumbgood@gmail.com;

² Doutor no PPGGeo da Universidade Federal de Santa Catarina - SC, jbastos57@gmail.com;



agrícola e ao artesanato”, isto é, a “via revolucionária”, ou, quando o “mercador se apodera diretamente da produção”, como foi o caso dos comerciantes ingleses do século XVII” (MARX, 1988, p.239), no qual Lenin batizou de “via prussiana” cujo latifúndio ligado “por milhares de laços de servidão, se conserva e se transforma lentamente em estabelecimento puramente capitalista, do tipo *junker*”, sem desconsiderar a possibilidade de “combinações infinitamente diversas dos elementos de ambos os tipos de evolução capitalista” (LENIN, 1985, p.10-11). É daí que Dobb (1977, p.60) acerta em privilegiar “as contradições internas” como motor da dissolução do feudalismo na Europa, embora no caso brasileiro, caberia considerar a tese do capitalismo comercial de Sweezy, já que “na origem de nossa economia está um ato de comércio exterior em estado puro, por assim dizer” (RANGEL, 1957, p.71) que depois daria origem a via prussiana brasileira com a Revolução de 1930.

No entanto, se o primeiro esforço teórico de Santos foi capaz de dissipar os equívocos latentes entre os conceitos de modos de produção e formação social, sinalizando que se o primeiro escreve a “História no tempo”, e o segundo a História “no espaço”, isto é, segundo Rangel (1993, p.7), sob a perspectiva do “tempo” e da “geografia”, afinal história e geografia são categorias ininteligíveis uma sem a outra, sua tentativa de afirmar a primazia do “espaço como instância” no interior da categoria F.E.S., e sobretudo o espaço como objeto da ciência geográfica, acabou por empobrecer as intersecções entre marxismo e geografia. É que, segundo Mamigonian (1979), Santos acabou por sobrepujar o interesse pelo “domínio das dinâmicas sociais” nos estudos geográficos (SANTOS, 1977, p.88) sem qualquer “capacidade de gravitação política”, ou “compromisso prático com o movimento operário, com sua organização, e com a iniciativa política” (SERENI, 2013, p.327), insistindo por fim, em “uma visão acadêmica e compartimentada dos conhecimentos em geral e da geografia em particular” (MAMIGONIAN, 1996, p.205)³.

Certamente, há vários elementos que corroboram essa afirmação, a começar pela suposta crise do marxismo na América Latina, que muitos intelectuais de extração marxista logo se orientaram, uns mais outros menos, “a pagar o dinheiro de Caronte” àquela conhecida passagem de Stalin, para quem a “história conhece cinco tipos fundamentais de relações de produção”, isto é, “o comunismo primitivo, a escravidão, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo” (RANGEL, 1978, p.80-81).

³ Ora, Lenin já havia chamado atenção para o fato de que a “intelectualidade como uma camada especial nas sociedades capitalistas contemporâneas”, se caracterizava desvantajosamente pelo “individualismo” e pela “incapacidade de se submeter à disciplina e à organização”, razão esta que explica “sua fraqueza e instabilidade”, cuja particularidade está inseparavelmente ligada às suas condições habituais de vida” (LENIN, 1977, p.262-3).



Nessa seara, é notório o consenso da crítica marxista em promover essa tal “desobstrução metodológica”, mas que para efeito de análise tomemos brevemente como exemplo a negação da existência do feudalismo no campo brasileiro, - com C. Prado Jr., J. Gorender, entre outros, que relutaram em aceitar a ideia de uma “sociedade (e economia) *externamente* feudal” (RANGEL, 1978, p.83) – esboçado até mesmo por Santos (1977, p.82-83), quando endossou a ideia de que o “longo reinado de Stalin” concorreu “contra toda a renovação” da categoria de Formação Social, bem como a construção de uma teoria espacial capaz de orientar os “espaciólogos no Terceiro Mundo” nas tarefas da planificação (SANTOS, 1976, p.26).

No caso da Geografia, esses falsos dilemas acabaram em desdobramentos mais profundos, com a substituição de todo o problema do materialismo histórico e da prática política, isto é, os problemas das crises e transições, por uma tendência de inserir o espaço como fez Barrios (1977, p.36) ao “surpassing the ecological boundaries and comprising all social problems gains ground in the field of study of urban regional phenomena”, seguido por Santos (1977, p.82), quando assinalou que “natureza e espaço” devem ser tratados como “sinônimos”, ou Moreira (1982, p.36), para quem a “primeira natureza não ultrapassa a “relação homem-meio”, isto é, não há “espaço físico geográfico puro” conforme assinalou A. Lipietz (1988, p.25).

Assim, desconsiderava-se uma parte substancial do materialismo histórico, que leva em conta a existência de leis naturais “independentemente da vontade dos indivíduos”, afinal os “buracos na camada de ozônio” tem suas dinâmicas próprias muito antes do fenômeno da industrialização, como também o deslocamento das massas de ar que “continuam” com seus ritmos independentes e, até mesmo os vulcões que não pedem “autorização” aos “governos da Nova Zelândia ou da Colômbia e nem os terremotos aos poderosos governos do E.U.A. e do Japão” para se manifestarem (MAMIGONIAN, 1996, p.206).

Na verdade, parte dessa crise filosófica, de método e significado na geografia se explica pela chamada revolução científica (quantitativista ou teórica) do período subsequente ao pós-2ª Guerra Mundial, quando F. K. Schaefer (1953) denunciou “num artigo dos *Annals of the Association of American Geographers*, o excepcionalismo” na geografia (CLAVAL, 2011, p.272) ancorando-se em uma espécie de “determinismo científico” restrito as “variações espaciais” da “florescente teoria geral da localização” (SCHAEFER, 1977, p.35).

Para Schaefer a natureza da geografia desenvolvida por Hartshorne com base nos trabalhos de Hettner, havia se interessado a explicação dos fenômenos singulares e descritivos, isto é, conduzia a “realización de una geografia no científica” (CAPEL, 1988, p.12) enquanto



que a verdadeira força científica da disciplina só poderia se dar na capacidade de se estabelecer leis, isto é, de “prever conceitualmente o curso inteiro da história de determinada região, desde que também se conheça as influências externas que a afetam”, seus “fatores físicos e as características da população que a ocupava em determinada época” (SCHAEFER, 1977, p.36).

Todavia, a espaciologia como “proposta científica” logo foi desmistificada e transformada em “artigo de fé” por R. Hartshorne (1955, p.241, **tradução nossa**), que posteriormente publicou importante monografia demonstrando a unidade geográfica entre seu caráter nomtético e idiográfico cuja a polêmica levantada por Schaefer não passava de uma “tática, e não uma conclusão analítica” (MARTIN, 1994, p.487, **tradução nossa**). Aliás, segundo Hartshorne (1969, p.216) o papel da “localização” na Geografia ultrapassa os simples padrões de aplicação “da teoria dos lugares centrais” e, portanto, cumpre-nos reconhecer que, na maioria dos casos os nossos lugares de proporções reduzidas não podem ser tratados como verdadeiras amostras de áreas maiores (HARTSHORNE, 1969, p.216).

Ao bem da verdade não há razão alguma para se considerar a existência do excepcionalismo da Geografia em comparação aos outros campos do conhecimento, pois a Geografia é “uma ciência sobretudo alemã” (MAMIGONIAN, 1996, p.199), isto é, uma ciência nacional, que nas palavras de Monteiro (2020, p.209) é como a Escola de Samba carioca Acadêmicos do Salgueiro, isto é, “nem melhor nem pior, apenas uma escola (ciência) diferente [...] que a vincula com as raízes filosóficas e confere-lhe a fada do epíteto de hard ou exata, um espectro de aplicabilidade desde o nível nobre da Educação até o prático do planejamento territorial”.

Em outras palavras, a Geografia difere das outras ciências justamente “por não possuir uma categoria particular de objetos ou fenômenos com objeto específico de estudo”, mas sim, “uma multitude de coisas heterogêneas integradas [...] como um estudo de combinações [...] correlacionadas com o desenvolvimento e aplicação genérica de conceitos e princípios gerais ou leis científicas” (HARTSHORNE, 2006, p.32)

Com efeito, essa confusão da crítica levada adiante na segunda metade do século XX pela “revolução teórica” representou um verdadeiro *apartheid* promovido pelos centros anglófonos e franceses de geografia que, impossibilitados de retomar a conexão dos “paradigmas de “geossistemas” (natural) e “formação social” (MONTEIRO, 2020, p.182), abandonaram as raízes da geografia moderna fundada por Kant e Humboldt, e por assim dizer, a ideia de “combinações genéticas de diferentes complexidades” da qual nos conta André Cholley (MAMIGONIAN, 1987, p. 52-53),



Ora, como lembra Tricart (1977, p.19), esses paradigmas da Geografia são “o melhor instrumento lógico de que dispomos para estudar os problemas do meio”, pois “permite adotar uma atitude dialética” tanto “entre a necessidade da análise – que resulta do próprio progresso da ciência e das técnicas de investigação – e a necessidade, contrária, de uma visão de conjunto, capaz de ensejar uma atuação eficaz sobre o meio” natural e social. É como diz Lenin (2018, p.336-337) para quem o conteúdo mais fértil do marxismo é a dialética “como conhecimento vivo, multilateral (sendo que o número de aspectos aumenta eternamente), com uma infinidade de matizes de qualquer abordagem, aproximação à realidade (como um sistema filosófico que cresce de cada matiz até se tornar um todo)”. Daí o papel holístico do marxismo, pois o “conhecimento do ser humano não é uma linha reta, mas uma linha curva, que se aproxima infinitamente de uma série de círculos, de uma espiral”. Ora, retilinidade “e unilateralidade, imobilidade e ossificação, subjetivismo e cegueira subjetiva, *voilà* as raízes epistemológicas do idealismo”. Aliás, o idealismo filosófico “tem, naturalmente, raízes gnosiológicas” e assim, “não é desprovida de terreno”, embora seja “indiscutivelmente uma flor estéril, mas uma flor estéril que cresce na árvore viva do vivo, frutuoso, verdadeiro, poderoso, onipotente, objetivo, absoluto conhecimento humano”.

Dessa frutífera intersecção geografia-marxismo é que Monteiro (2008, p.20) encontrou nas “dualidades brasileiras um estimulante meio de integração dos fatos e uma visão holístico-interpretativa de uma importante parte de nossa evolução” conforme já assinalamos em artigo anterior, “A dualidade básica como teoria e método das formações sociais periféricas (2019)”.

Como forma de dar continuidade a retomada da intersecção marxismo-geografia, procura-se aqui neste artigo aprofundar os problemas suscitados pela via prussiana brasileira, isto é, um problema das crises e transições, nos desdobramentos do processo de industrialização no Oeste Paulista. Ademais, busca-se contribuir com os estudos urbano-industriais, o papel dos ciclos de Kondratiev e dos “juglarianos brasileiros” batizados por I. Rangel (1979), um tanto negligenciado nas análises regionais.

APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Retomando brevemente o debate teórico interrompido sobre a intersecção marxismo-geografia, é possível dizer com Vieira (1992) que Luporini e Sereni conseguiram reassumir o nexos axial do pensamento marxista-leninista originário das categorias de modo de produção e formação econômico-social, a quem Milton Santos procurou dialogar e sugerir, a partir de sua reformulação, a categoria de “formações sócio-espaciais” (SANTOS, 1977, p.93). Se em Sereni (2013, p.315) pode-se ler que a categoria de F.E.S. apresenta “a unidade (e, agregaremos a



totalidade) das diferentes esferas – econômico, social, político e cultural da vida de uma sociedade; e expressa, além disso, na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico”, é Luporini (1975, p.212, **tradução nossa**) que se pode encontrar, em síntese, a prática política leninista, que teve tanto nas tarefas de realização da revolução democrático-burguesa, quanto no conceito de “*transição ininterrupta*” seus elementos-chaves. Daí que Luporini (1975, p.211-213, **tradução nossa**) irá propor para a categoria de F.E.S a possibilidade historiográfica de sua periodização, sustentada pelos estudos de Lenin sobre o Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, que soube analisar com rigor e com certa dose de sacrifício (ao excluir conscientemente alguns setores da experiência real), que são característicos, em geral, de todas as pesquisas científicas que tem a consciência de que podem chegar a conclusões probatórias através, apenas, de um esforço em maximizar a homogeneização dos elementos considerados, e a consequente demarcação do objeto de pesquisa, por mais amplo que seja.

Já Santos (1976, p.23), afeito em “construir uma teoria espacial” em conjunto com os “espaciólogos” terceiro-mundistas vigentes naquele período, procurou elaborar uma convincente solução teórica para o debate em torno da categoria de F.E.S. ao endossar as teses de Said Sha e Ph. Herzog, para quem o “modo de produção e formação social devem ser pensados teoricamente ao mesmo tempo” (SANTOS, 1977, p.88), e considerar que ambos “son objetos reales, históricos”, e por isso mesmo representam una “totalidad, un todo social” (SILVA, 2009, p.132). Daí irá propor o espaço como instância, ou elo mediador das relações recíprocas entre Modo de Produção e Formação Social, que em outros termos, resulta da própria ação do espaço como realização da totalidade concreta de uma formação social (SANTOS, 1977), como se o espaço assim fosse provido de “leis próprias, específicas de sua própria evolução” (SANTOS, 2004, p.181). No entanto, a crítica de Silva (2009, p.131) endereçada a Sha nos parece válida e pode ser estendida a Milton Santos, pois a noção de “intercambiabilidad” entre os dois conceitos não rompe com o dualismo presente em suas relações recíprocas (abstrata [geral-teórica] /concreta [específica/aplicada]) entre Modo de Produção (MP) e Formação Social (FS), mesmo que consideradas, em ambos os casos, as “aproximações sucessivas” da complejidad y variación de los procesos históricos espaciales y temporales”. É como G. Dhoquois que, segundo Vieira, se equivoca justamente na articulação entre (MP) e (FS), pois não considera que as categorias são portadoras de unidade e independência, suprimindo assim, a relação dialética entre ambas, a “começar pelas categorias da própria dialética” (RANGEL, 1963a, p.23). Em outras palavras, é preciso “conhecer séria e exaustivamente o processo econômico” subordinando o espaço geográfico ao “imperativo



econômico” (RANGEL, 1963a, p.19), e não ao dado “político”, como “papel motor” da estrutura espacial (SANTOS, 2004, p.184). Afinal, se tomarmos como referência as contradições antagônicas de uma sociedade como a brasileira, que é dual por excelência, é possível extrair daí a coexistência de múltiplos modos de produção “em condição de virtual igualdade” (RANGEL, 1978, p.86), isto é, formações sociais complexas que “combinam dialeticamente várias estruturas elementares, não podendo, portanto, ser entendidos, senão com a condição de conheçamos muito bem as referidas estruturas elementares” (RANGEL, 19868, p.7).

É nesse sentido que a formação social brasileira em seu esforço de industrialização “revela uma lógica objetiva impecável” (RANGEL, 1985a, p.53), ao herdar do seu passado a sobrevivência do processo de substituição de importações de tipo natural e pré-industrial no Departamento I da economia como pré-condição da industrialização propriamente dita, isto é, de implantação do capitalismo industrial. Se tomarmos como exemplo a formação e evolução dos ciclos médios no Brasil (juglarianos brasileiros), que tem como base o direito de propriedade na qual se edifica a superestrutura social, e se define pelas circunstancias econômicas e institucionais, é possível perceber, a partir de sua regularidade de ritmo, amplitude e duração que o desenvolvimento regional se dá primeiro nas regiões mais desenvolvidas do país e nas indústrias supridoras de bens que pesavam mais decisivamente na pauta de importações”, para depois se espriar “região após região e setor após setor, em todo o sistema econômico nacional” (RANGEL, 1983)⁴.

O gráfico 1⁵ e tabela 1 abaixo nos convida a refletir sobre uma possível periodização regional do processo de industrialização brasileiro a partir dos ciclos juglarianos, que setor após setor completou seu edifício industrial nos 1970 sob as bases da indústria pesada. Se tomarmos com referência os ciclos médios brasileiros, temos aproximadamente a periodicidade de sete

⁴ Segundo Rangel (1983, p.41) os ciclos juglarianos brasileiros se movem de onze em onze anos aproximadamente, onde o primeiro lustro da década de abre como fase recessiva permeada de inquietações políticas, enquanto que o segundo lustro (fase ascendente) da flutuação econômica endógena se apresenta em relativa paz no campo político. De todo modo, as principais mudanças institucionais que percorreram o processo de industrialização brasileira, setor após setor, década após década, iniciada ainda nos anos 1920 e completada nos anos 1980, referem-se sobretudo a transição do feudalismo ao capitalismo brasileiro, cuja Lei do Trabalho (CLT) marca o coroamento do Direito Corporativo sob as bases de uma servidão industrial de gleba, que prendia o “homem a máquina quase tanto quanto ele era preso à terra”.

⁵ Agradecemos ao professor Armen Mamigonian pela generosidade em disponibilizar documentos inéditos elaborados sobre os ciclos juglarianos brasileiros desenvolvidos por Ignacio Rangel entre (1900 e 1980) e atualizados por nós até o ano de 2020, bem como pelas sugestões do aprofundamento da pesquisa dos ciclos nos estudos de geografia humana. Essa proposta de periodização das formações sócio-econômicas das dualidades brasileiras abre um campo de possibilidades para futuras pesquisas regionais, sobretudo no campo das dinâmicas sociais entreteçadas na conformação dos pactos de poder combinado as medidas institucionais que reorganizam e reestruturam a totalidade da vida social.



décadas consecutivas e ininterruptas, iniciada já nos anos de 1920 (fase b do 3º Kondratieff) com um primeiro esforço de substituição de importações favorecidas pelo “chamado cambio cadente” – isto é, desvalorização da moeda nacional (RANGEL, 1983, p.41) - sobretudo nas indústrias de bens de consumo “que controlavam o mercado interno em altas proporções: charutos e cigarros (100%), calçados (95%), chapéus (90%), móveis (90%), etc. (MAMIGONIAN, 2000, p.40)⁶.

Mas adiante, o período que se estende entre os anos de 1929 e 1935 completa-se a substituição de importações da indústria leve, liderada pelos produtos têxteis, logo tendo início a substituição do setor de materiais de construção (cimento, ferro, azulejo, etc.). Conforme assinalou Fishlow (2013, p.26) as importações em 1934 “havam caído à metade de seu pico de 1929” ficando “estagnadas por cinco anos sucessivos”, período em que as manufaturas duplicaram em relação as taxas da agricultura, crescendo próximo dos 9% anuais.

Já em 1937 (Estado Novo), a expansão econômica se acelera com a introdução do monopólio cambial, abrindo oportunidade “para importar bens de capital” (FISHLOW, 2013, p.27) ao mesmo tempo que se ganhava escala os setores intermediários de consumo pelo processo de urbanização das cidades e ampliação da mão-de-obra assalariada. Segundo Aureliano (1981, p.126) o consumo de cimento aparente duplicou no Brasil em apenas um lustro da década de 1930, passando de 309.984 ton. em 1932 para 650.732 ton. em 1937, sendo que neste último ano 571.452 ton. era de cimento nacional.

Nos anos 1940 completa-se a substituição de importações de matérias de construção, ao passo que se dá início as construções das refinarias estatais de petróleo em Mataripe na Bahia e Cubatão em São Paulo, bem como a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda (RJ), a Vale do Rio do Doce (MG), entre outras. Nesse momento, a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM) criada em 1941 foi “órgão que melhor encarnou as mudanças institucionais” garantindo por um lado ao latifúndio de tipo gaúcho mercado cativo onde se estrutura o mercado de terras enquanto ativo financeiro, e por outro o desenvolvimento da indústria nacional ao limitar as chamadas “importações não essenciais” pelo novo direito cambial (RANGEL, 1983, p.40).

Com efeito, a recessão do primeiro lustro dos anos 1950 impôs um novo esforço de substituição de importações, agora no setor de bens de consumo duráveis e no setor mecânico. Como lembra Fishlow (2013, p.28) o déficit em conta corrente havia chegado a 2,9% do PIB e

⁶ Vale lembrar que nessa década São Paulo já assumia a locomotiva da indústria brasileira como espaço privilegiado da concentração industrial, com “37,5% em 1929” do todo nacional (CANO, 2012, p.903).



“só podia ser financiado mediante o recurso ao atraso no pagamento de dívidas comerciais”. Foi preciso então criar um sistema de taxas de câmbios múltiplos cuja a Instrução n.70 da SUMOC criada pelo “professor Eugênio Gudín” (RANGEL, 1985, p.45) acabou por reorientar “os favores cambiais e a reserva de mercado da indústria leve para certas áreas da indústria pesada, preparando o caminho para um milagre econômico [...] conhecido como Programa de Metas” (RANGEL, 1983, p.42) onde “permaneceu o subsídio a importações consideradas essenciais à industrialização em curso e um imposto implícito sobre exportações, que recebiam apenas a menor taxa de câmbio (FISHLOW, 2013, p.28).

Ora, já no início dos anos 1960 o impulso alavancado pela substituição de importações do ciclo anterior havia se esgotado. As medidas institucionais passaram a exigir maior complexidade, pois as oportunidades de inversão dependiam das políticas de governo não somente cambiais, mas também creditícias, fiscais, e sobretudo nas expectativas futuras do empresariado (RANGEL, 1958).

Com o fracasso do Plano Trienal (1962) o mercado de valores para o setor público continuou desorganizado, na medida em que se ampliava a crise com aplicação de uma política tributária regressiva que retirava os subsídios cambiais (Instrução nº 204), do mesmo modo em que se atribuía à inflação as dificuldades do setor externo e, sobretudo da escassez de divisas para a importação (RANGEL, 1963b). Pode-se dizer que a crise política que abriria a ditadura militar em 1964 no Brasil emergiu dessas perturbações econômicas que os variados planos de estabilização não conseguiram sanar, justo por não considerar a complexidade e as causas do fenômeno da inflação.

Ora, Ignacio Rangel (1985a, p.44) foi quem melhor percebeu esses equívocos quando elaborou o “Projeto de Decreto Legislativo 156-A/1962”, que mesmo recusado “pela Comissão Especial incumbida de apreciá-lo”, havia percebido e antecipado os motivos reais das causas da inflação, e as medidas institucionais da correção monetária (indexação da economia) capaz de saná-las, assegurando, através das encomendas, mercado para indústria nacional, e a busca por novos mercados externos com acordos bilaterais impulsionando as exportações de manufaturas da indústria leve (RANGEL, 1963b).

Como se sabe, a operação econômico-financeira implantada por O. Bulhões ao indexar a economia pela correção monetária criara “um novo e vigoroso aparelho de intermediação financeira” (RANGEL, 1983, p.42) levando a cabo um desenvolvimento industrial vertiginoso conhecido na historiografia como o “milagre do Delfim” (1968-1973). Disso resultou um “gigantesco esforço” pelo Estado na formação de capital nos setores da indústria pesada (mecânica, petroquímica, engenharia) de energia, serviços urbanos, transportes, etc.,



completada pelos Planos de Desenvolvimento (PND) do Governo Geisel (RANGEL, 1985a, p.46).

Esse período de desenvolvimento econômico, mesmo que sem a necessidade de se alterar a distribuição de renda, a capacidade ociosa foi amplamente utilizada gerando uma demanda efetiva por conta da “galopante” urbanização, que ajudou mobilizar fundos privados “via Sistema Nacional de Habitação e Banco Nacional de Habitação” (RANGEL, 1985a, p.46) ao passo que fez com que a taxa de inflação declinasse de de 88,4% em 1963 para 15% em 1971, ao passo que “a taxa de crescimento da produção industrial passasse de 0,2% a 12% e o PIB de 2,8% a 11,3% (RANGEL, 1985a, p.47).

Aliás, foi a partir dessas medidas institucionais – congelamento da correção monetária para os grandes financiamentos de obras, e de novas plantas fabris - que garantiram a retomada do crescimento e deram base de sustentação ao milagre econômico brasileiro (1969-1973), levando o Brasil de simples produtor de bens de consumo intermediários a produtor de bens de capital, - concretizados com a edificação do Departamento I da economia (a indústria mecânica, química e construção civil pesadas) no governo Geisel (RANGEL, 1985a).

Na década de 1980, com a crise da dívida externa, vale lembrar que além do fim dos financiamentos externos, os bancos americanos passaram a cobrar de forma draconiana as amortizações da dívida até então contraída. A previsão de Rangel dos anos 1950 se concretizava com a falência do Estado, e a chegada da hora de institucionalizar à ideia dos serviços de utilidade pública que deveriam ser concedidos às empresas privadas como meio de alavancar a retomada do desenvolvimento brasileiro. Mas, decorrente da enxurrada em massa de manuais acadêmicos da “globalização” disseminados por cientistas sociais já apontados anteriormente, as ideias de Rangel mais uma vez foram afastadas do mundo acadêmico em nome de uma verdadeira conspiração do silêncio (FARO e SINELLI, 2014; MAMIGONIAN, 2018).

Com efeito, a carta que endereçou aos economistas dirigindo-se a Nação (Roberto Campos à direita e Maria Conceição Tavares à esquerda) no final da década de 80 não deixa dúvidas ao que assinalamos acima, pois para Rangel já estava amadurecida a possibilidade de edificar o capitalismo financeiro brasileiro como forma de engendrar a fase suprema do capitalismo brasileiro, que naturalmente não passava pelo problema da inflação consagrada pela “aliança dos monetaristas e dos estruturalistas” do Plano Trienal (RANGEL, 1963b, p.XVI), mais sim pelos nós de estrangulamento, e pelas capacidades ociosas subtilizadas da indústria nacional (RANGEL, 1985a).

Segundo Rangel (1985b, p.9)



Por essa operação, o Estado, como primeiro passo, resgatará sua dívida interna, em medida a determinar, preparando-se para fazer face ao problema da dívida externa. Como segundo passo, os novos concessionários poderão recorrer ao mercado, oferecendo títulos hipotecariamente garantidos. Não mais a hipoteca fictícia que nós – eu e Vosmicê, inclusive – recebíamos no BNDES, fraudulentamente, pois sabíamos serem inexecutáveis, mas hipoteca para valer oferecida ao Estado, em troca do seu aval. Não um aval sem lastro, mais um aval hipotecariamente lastreado. O Estado, único tomador possível dessa hipoteca, colocar-se-á na eminente posição de poder concedente e credor hipotecário. Em caso de inadimplência, poderá tomar os bens e a concessão, passando-os a quem mais der. O resto virá por seu próprio peso.

Ora, nesse primeiro quartel do século XXI é possível dizer que com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), houve uma tentativa de retomada das ideias de Rangel como medida de impulsionar o desenvolvimento brasileiro, como se viu com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ampliando as parcerias público-privadas em obras de infraestrutura (Belo Monte, Transposição do São Francisco, Pré-Sal, indústria naval, pequenas usinas hidrelétricas, etc.), bem como os incentivos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e as tentativas de consolidação do Plano de Investimentos em Logística (PIL) interrompido no segundo governo Dilma Rousseff (2014-2016) sobretudo pelo peso da “herança maldita” – o tripé macroeconômico - dos governos de Collor e FHC, somadas a incompetência dos economistas nos governos do Partido dos Trabalhadores em matéria de desnacionalização da economia, como a dupla Palocci-Meireles e Mantega-Levy (MAMIGONIAN, 2004; DIRCEU, 2018).



Gráfico 1 - Juglarianos Brasileiros (crescimento industrial) - 1900-2020

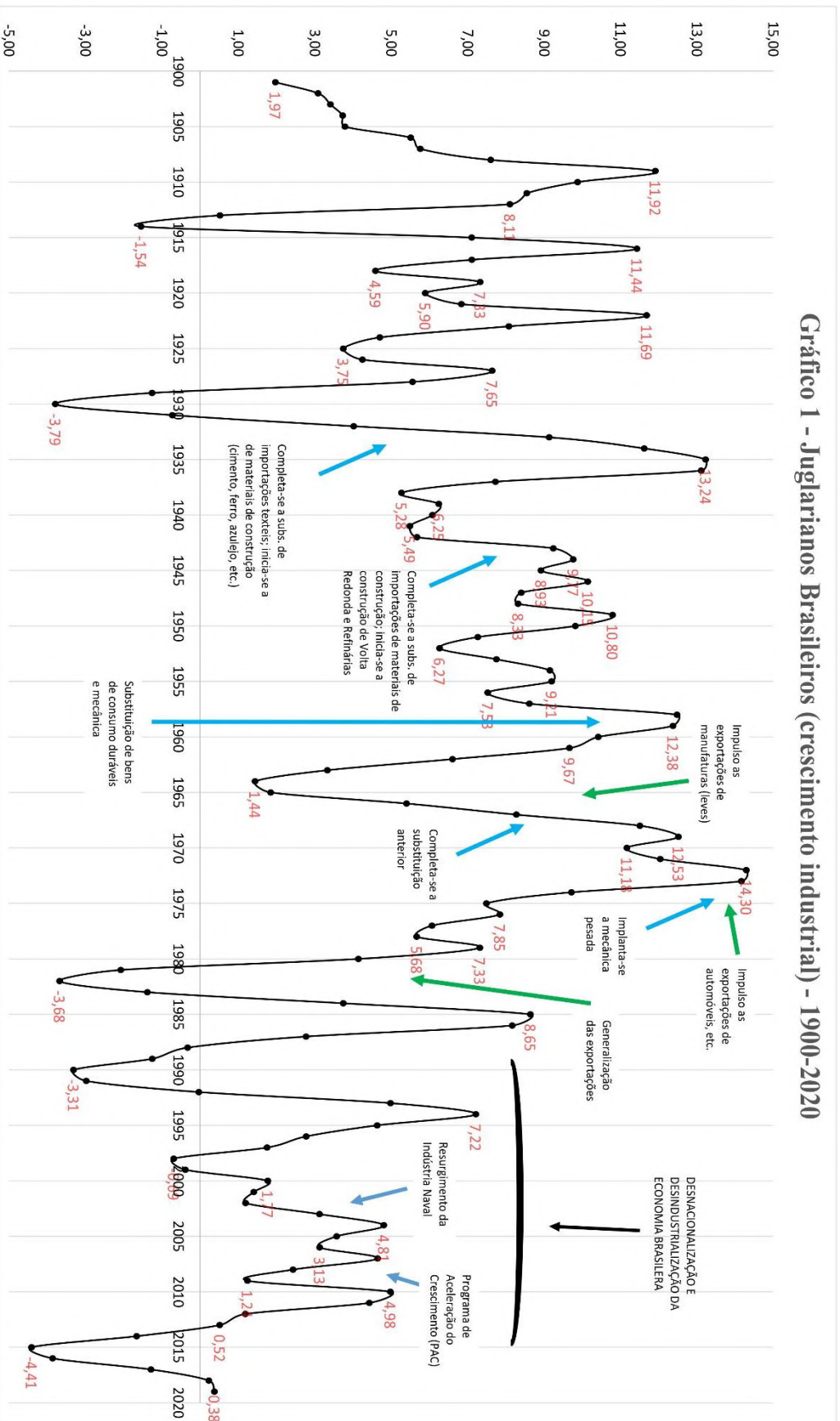




Tabela 1 - Produção Industrial brasileira (1901-2019)

$\frac{1 + 2 + 1}{4}$											
Médias Trienais Móveis:											
Anos	Produção Industrial			Anos	Produção Industrial			Anos	Produção Industrial		
	Índice	Var. Anual	M.T.M		Índice	Var. Anual	M.T.M		Índice	Var. Anual	M.T.M
1901	100	2,7	1,97	1941	995,1	10,0	5,49	1981	21966,7	-8,8	-2,08
1902	103,5	3,5	3,09	1942	992,4	-0,3	5,68	1982	21966,7	0,0	-3,68
1903	106,15	2,6	3,42	1943	1124,2	13,3	9,25	1983	20670,7	-5,9	-1,38
1904	111,46	5,0	3,74	1944	1244,5	10,7	9,77	1984	21972,9	6,3	3,75
1905	114,11	2,4	3,80	1945	1299,3	4,4	8,93	1985	23796,7	8,3	8,65
1906	120,31	5,4	5,52	1946	1509,8	16,2	10,15	1986	26580,9	11,7	8,18
1907	130,92	8,8	5,77	1947	1567,3	3,8	8,41	1987	26846,7	1,0	2,78
1908	130,92	0,0	7,61	1948	1744,4	11,3	8,33	1988	26148,7	-2,6	-0,33
1909	159,22	21,6	11,92	1949	1924,1	10,3	10,80	1989	26907,0	2,9	-1,25
1910	166,29	4,4	9,89	1950	2141,6	11,3	9,83	1990	24700,6	-8,2	-3,31
1911	181,32	9,0	8,56	1951	2278,6	6,4	7,28	1991	24764,8	0,3	-2,98
1912	202,55	11,7	8,11	1952	2392,5	5,0	6,27	1992	23719,8	-4,2	-0,03
1913	202,55	0,0	0,53	1953	2600,5	8,7	7,76	1993	25631,6	8,1	4,99
1914	183,09	-9,6	-1,54	1954	2825,7	8,7	9,16	1994	27694,9	8,1	7,22
1915	206,97	13,0	7,11	1955	3126,0	10,6	9,21	1995	29002,1	4,7	4,64
1916	231,74	12,0	11,44	1956	3341,7	6,9	7,53	1996	29312,4	1,1	2,78
1917	252,08	8,8	7,12	1957	3532,2	5,7	8,62	1997	30560,4	4,3	1,76
1918	249,43	-1,1	4,59	1958	4104,1	16,2	12,49	1998	29776,8	-2,6	-0,69
1919	278,62	11,7	7,33	1959	4591,2	11,9	12,38	1999	29216,7	-1,9	-0,38
1920	298,08	7,0	5,90	1960	5032,0	9,6	10,43	2000	30618,4	4,8	1,77
1921	291,89	-2,1	6,84	1961	5567,4	10,6	9,67	2001	30429,8	-0,6	1,41
1922	363,53	24,5	11,69	1962	6002,2	7,8	6,61	2002	31059,6	2,1	1,20
1923	362,65	-0,2	8,09	1963	6013,6	0,2	3,34	2003	31451,4	1,3	3,13
1924	392,72	8,3	4,70	1964	6323,3	5,2	1,44	2004	33941,5	7,9	4,81
1925	402,45	2,5	3,75	1965	6024,8	-4,7	1,85	2005	34672,8	2,2	3,58
1926	409,53	1,8	4,25	1966	6729,1	11,7	5,41	2006	35398,4	2,1	3,13
1927	454,63	11,0	7,65	1967	6929,0	3,0	8,28	2007	37589,6	6,2	4,65
1928	485,59	6,8	5,57	1968	8003,0	15,5	11,52	2008	39142,3	4,1	2,44
1929	474,09	-2,4	-1,25	1969	8971,3	12,1	12,53	2009	37299,4	-4,7	1,24
1930	440,48	-7,1	-3,79	1970	9904,4	10,4	11,18	2010	41124,5	10,3	4,98
1931	446,67	1,4	-0,72	1971	11073,1	11,8	12,05	2011	42822,3	4,1	4,43
1932	452,87	1,4	4,02	1972	12645,4	14,2	14,30	2012	42488,5	-0,8	1,19
1933	506,82	11,9	9,14	1973	14795,2	17,0	14,18	2013	43417,2	2,2	0,52
1934	564,31	11,3	11,63	1974	16052,8	8,5	9,73	2014	42755,5	-1,5	-1,66
1935	631,54	11,9	13,24	1975	16839,3	4,9	7,50	2015	40288,6	-5,8	-4,41
1936	743,87	17,8	13,12	1976	18809,5	11,7	7,85	2016	38445,7	-4,6	-3,86
1937	781,02	5,0	7,74	1977	19392,6	3,1	6,08	2017	38251,3	-0,5	-1,28
1938	805,78	3,2	5,28	1978	20633,8	6,4	5,68	2018	38425,4	0,5	0,23
1939	884,5	9,8	6,25	1979	22036,9	6,8	7,33	2019	38628,6	0,5	0,38
1940	904,85	2,3	6,09	1980	24086,3	9,3	4,15				

Fonte: Elaborado pelo autor. Para os anos de (1901-1911) ver - Haddad, Cláudio. Crescimento do Produto Real brasileiro - 1900/1947. Revista Brasileira de Economia, FGV, Rio de Janeiro, v.29,n.1,p.3-26, jan./mar. 1975. *(1912-1947) - Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2.ed. rev. e atual do v.3 de séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 642p. *(1948-1952) - Contas Nacionais. Suplemento Especial. Estatísticas básicas. Conjuntura Econômica, FGV, Rio de Janeiro, v.30,n.3, p.89, mar. 1976. *(1953-1992) - Contas Nacionais. Conjuntura Estatística. Conjuntura Econômica, FGV, Rio de Janeiro, v.53, n.7, p.XXX, jul. 1999. *(1993-1996) - Contas Nacionais. Estatística. Conjuntura Estatística. Conjuntura Econômica, FGV, Rio de Janeiro, v.63,n.5, p.XIX, mai. 2009. *(1997-2005) - Contas Nacionais Trimestrais. Indicadores de Volume e Valores Correntes. Nova Série. Indicadores IBGE, 2006. *(2006-2019) - Contas Nacionais Trimestrais. Indicadores de Volume e Valores Correntes. Out-Dez. 2019. Indicadores IBGE, 2019.



DISCUSSÕES

Diante desse quadro, toma-se aqui duas notas críticas sobre o caso do Oeste Paulista ora em curso, que segue no levantamento de corroborar as hipóteses rangelianas a partir da proposta de intersecção geografia-marxismo já sugerida por Mamigonian nos estudos da industrialização e do desenvolvimento regional e urbano das formações econômico-sociais periféricas. Ao que tudo indica, é possível observar nas recentes pesquisas de geografia econômica sobre “A Estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista” e “O novo mapa da indústria no século XXI” com vistas a subsidiar os estudos sobre o processo de industrialização e as novas determinações territoriais, uma forte subestimação do potencial teórico-metodológico que nos fornece o pensamento de Ignacio Rangel à luz da teoria da dualidade básica.

No caso do primeiro estudo, chama-se atenção ao fato de Selingardi-Sampaio (2009, p.104) considerar possível uma “síntese conciliatória” entre as fracassadas teses endossadas pelos (fazendeiros) e seus representantes àquelas que delimitaram o (colono) imigrante como “núcleo principal” da nascente burguesia industrial nacional. Para nós, seria um exagero considerar essa possibilidade de análise, pois além de subestimar a busca de “matrimônios vantajosos” pela aristocracia cafeeira com os imigrantes enriquecidos, também acaba por ignorar a luta de classes representada pela “divergência de interesses” entre fazendeiros e colonos, bem como a luta entre senhores feudais voltados para o mercado interno em confronto direto com fazendeiros barões-comerciantes de impor/export. (MAMIGONIAN, 1969; 1976; 2000; 2019a). Aliás, não foram estes últimos, os colonos-imigrantes associados aos senhores feudais liderados por G. Vargas, que edificaram as bases econômico-sociais de um “novo tipo de via-prussiana” no Brasil (MAMIGONIAN, 2019c, p.15), e por assim dizer, da industrialização cujo Departamento I da economia, ainda que de modo artesanal no interior de usinas (oficinas de conserto, etc.) e fora, portanto, da contabilidade nacional, - ao contrário do que afirmaram Mello (1986), Tavares (1996; 1998), etc., de que a industrialização brasileira se encontrava bloqueada pela ausência de uma indústria de bens de produção”? Outrossim, não seria o caso de extrapolar as análises de Sposito (2015, p.374) restrita a explicar a industrialização de São Paulo “como um processo de mão dupla, isto é, que “a força da capital, *locus* da gestão capitalista se reforça e reforça as áreas privilegiadas da rede urbana estadual”, esquecendo-se que a “reestruturação produtiva” e territorial do Estado de São Paulo está intimamente ligada ao processo de desnacionalização da economia, interrompida pela contrarrevolução dos governos Collor e FHC, que se arrasta desde os anos 1980 com as inúmeras políticas macroeconômicas liberalizantes (câmbio valorizado, altas taxas de juros,



comércio exterior desestatizado, etc.) e suas subsequentes importações predatórias impostas pela “internacionalização da economia” (MAMIGONIAN, 2018) destruindo grande parte do parque metalomecânico pesado (ex. Villares, Cofap, etc.) ? Noutros termos, é possível afirmar que Selingardi-Sampaio (2009) não leva as últimas consequências suas próprias conclusões em “A industrialização de Rio Claro – contribuição ao estudo da desconcentração espacial da indústria no Estado de São Paulo (1987)” onde reafirma o papel da pequena produção mercantil a cargo dos imigrantes de origem europeia como papel central no processo de industrialização de São Paulo⁷.

Como lembra Mamigonian (1976, p.86), mesmo considerando as iniciativas e a capacidade empresarial dos fazendeiros paulistas, estas não ⁸foram capazes de “superar seu próprio sistema colonial-latifundiário, tornando-se burguesia industrial”, aliás, muito mais difícil do “que construir estradas de ferro para escoar café”. Ainda como salienta Mamigonian (2000, p.44), para preservar sua posição política hegemônica até 1930, a fórmula encontrada pela decadente aristocracia paulista que tinha seus interesses “crescentemente contestados”, foi manter viva e intacta sua imagem de dinamismo e sua presença no campo político e das ideias (Semana de Arte Moderna, passado bandeirante, Partido Democrático, USP, etc.)”. Ora, a tese do “capitalismo tardio” de Mello (1986) é produto deste fracasso, que acabou endossando a conciliação entre imigrantes e fazendeiros de café pela via dos casamentos (Crespi e Silva Prado) conforme Warren Dean em “A industrialização de São Paulo (1971)”, ou também como foram o caso das famílias Lage e Matarazzo⁹, confirmando a decadência deste último, logo superado pelo grupo Votorantim que soube diversificar sua produção nos anos 1950, liderando o segmento da construção civil na segunda etapa do processo de substituição de importações.

⁷ Vale lembrar aqui do pioneirismo das geógrafas e geógrafos nessa linha de pesquisa iniciada ainda nos anos 1930 com o estudo de Branca da C. Caldeira “A indústria Têxtil Paulista (Geografia, ano I, n.4, 1935)”, e seguido depois por P. Petrone “As indústrias paulistas e os fatores de sua expansão (B.P.G, n.14, jul. 1953)” e D. Lino de Mattos) em “Os fatores da industrialização de São Paulo (Anais da AGB, V. IX, Tomo I, 1957)”.

⁸ É o caso da iniciativa de A. Silva Prado na Cia. Vidraria Santa Marina (1985), que aos mesmo tempo foi acionista da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, contribuindo para a expansão dos trilhos alcançando as zonas do café e as invernadas no Noroeste paulista. Nota-se seu pioneirismo na instalação do primeiro frigorífico brasileiro na cidade de Barretos em 1913 (MAMIGONIAN, 1976b).

⁹ A família portuguesa dos Lage participou ativamente como classe hegemônica na 2ª dualidade rangeliana, enquanto representantes dos barões comerciantes e latifundiários feudais. Já a família Matarazzo, pertence a categoria de imigrantes comerciantes que ascenderam enquanto nascente burguesia industrial no século XX, dissidência, portanto, dos extratos hegemônicos anteriores, em profunda aliança com os latifundiários feudais voltados para o mercado interno, sob a liderança de Getúlio Vargas. O casamento do João Lage com Filomena Matarazzo é um retrato desse movimento de matrimônios vantajosos acima assinalado. Afinal, João Lage era filho de João de Souza Lage, proprietário do jornal “O Paiz” (RJ), e considerado, segundo Sodré (1966, p.381) um típico “jornalista corrupto, de opinião alugada, conluiado com o poder, dele recebendo benefícios materiais em troca da posição do jornal”.



Aliás, Antônio Ermírio de Moraes, fundador da Votorantim, empresa que liderou por quase cinco décadas como o maior conglomerado industrial brasileiro, é um típico exemplo de industrial-nacionalista a ser estudado e acompanhado em todo seu percurso empresarial por aqueles que se prestam aos estudos de geografia econômica e social (suas categorias e conceitos) voltados para a continuidade do processo de industrialização brasileiro. Afinal, como disse Santos (1977, p.85), é preciso não perder de vista que “o modo de produção” não passa de uma possibilidade de realização, enquanto é a “formação econômico e social” que se apresenta como “possibilidade realizada, mas também, cabe admitir “uma natureza humana nacional, diversa da natureza humana em geral”, isto é, que o homem varia em seu ser e em sua consciência segundo a realidade social e telúrica em que surge e cresce” cuja a “modificação dessa realidade no espaço e, reconhecida a mutabilidade da natureza humana no espaço, não há como negá-la no tempo” (RANGEL, 1957, p.19). Sem essa básica diferenciação metodológica, incorre-se no risco de se perder pelo labirinto (MAMIGONIAN, 2019b) que recobre o “Fio de Ariadne da história, que julgávamos haver recebido de Marx” (RANGEL, 1978, p.86).

REFERÊNCIAS

- AURELIANO, L. M. **No limiar da industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BARRIOS, S. Political Practice and Space. Massachusetts, **Antipode**, p.36-39, 1977.
- CANO, W. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e a Industrialização no Brasil. Brasília (DF), **Economia**, v.13, n.3b, p.897-916, set/dez, 2012.
- CAPEL, H. Estudio Introductorio: Schaefer y la nueva Geografía. In: **Excepcionalismo en Geografía** – Colección “Pensamiento y metodo geográfico”, n.1. Barcelona: Departamento de Geografía de la Universidad de Barcelona, 1988.
- CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
- DIRCEU, J. **Memórias/José Dirceu**. São Paulo: Geração Editorial, 2018. 496p.
- DOBB, M. Uma réplica. In: **A transição do feudalismo para o Capitalismo**. SWEEZY, P. (Org.) 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FARO, L. C.; SINELLI, M. **Ignácio Rangel – Elogio à ousadia**. Rio de Janeiro: Insight Comunicação, 2014.
- FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações: 40 anos depois. In: **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. BACHA, E.; BOLLE, M. B. de (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- HARTSHORNE, R. O conceito de geografia como uma ciência do espaço, de Kant e Humboldt para Hettner. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, AGB-Seção Local Presidente Prudente, v.1, n.28, p.9-34, 2006.
- HARTSHORNE, R. **Questões sobre a Natureza da Geografia**. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História (Comissão Geográfica), 1969.
- HARTSHORNE, R. Exceptionalism in Geography Re-examined. **Annals of the Association of American Geographers**, v. XLV, n.3, september, 1955.



- LÉNINE, V. I. Um passo em frente dois passos atrás. In: **Obras Escolhidas**. t. 1, pp. -215-376. Lisboa: Avante, 1977.
- LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LENIN, V. I. **Cadernos Filosóficos: Hegel**. Trad. Paulo Almeida. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LIPIETZ, A. **O Capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LUPORINI, C. Reality and historicity: economy and dialectics in Marxism, **Economy and Society**, London, 4:2, 1975, p.206-231.
- MAMIGONIAN, A. URSS e China na transição para o socialismo. In: **China: Socialismo e Desenvolvimento – sete décadas depois**. JABBOUR, E. (Org.). São Paulo, SP: Anita Garibaldi; Fundação Mauricio Grabois, 2019c.
- MAMIGONIAN, A. Visão Geográfica do Brasil atual: Estado, crises e desenvolvimento regional. **Revista Latino-Americana de Geografia Econômica e Social**, Foz do Iguaçu, n.1, p.7-44, 2019b.
- MAMIGONIAN, A. **O Desenvolvimento do Brasil Segundo o “Perigoso” Rangel**. Entrevista. 2019a. Disponível em: <http://revistaursula.com.br/blog/2019/07/03/o-desenvolvimento-do-brasil-segundo-o-perigoso-rangel/#>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- MAMIGONIAN, A. O mundo no final do século XX e início do século XXI. **Boletim Paulista de Geografia**, n.100, (Edição Comemorativa), p.173-205, 2018.
- MAMIGONIAN, A. O enigma brasileiro atual: Lula será devorado? **Ciência Geográfica**, Bauru-SP, n.10, v. 10 (2), maio/agosto, 2004.
- MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n.2, UFSC/CFH/GCN, 2000.
- MAMIGONIAN, A. A Geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, M. A. (org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- MAMIGONIAN, A. Entrevistas e Depoimentos. **Geosul**, Florianópolis, n.3, v.2, p.130-142, 1987.
- MAMIGONIAN, A. Debate: Geografia e Realidade. **Território Livre**, n.2, UPEGE, 1979.
- MAMIGONIAN, A. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.50, p.83-102, mar. de 1976.
- MAMIGONIAN, A. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. **Boletim-Departamento de Geografia**, Presidente Prudente, n.2, p.55-63, 1969.
- MARTIN, G. J. In Memoriam: Richard Hartshorne, 1899-1992. **Annals of the Association of American Geographers**, Vol. 84, No. 3 (Sep., 1994), pp. 480-492
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política** (Vol. IV). São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- MONTEIRO, C. A. de F. **A Geografia Neste Agora E Num Certo Outrora**. Florianópolis: IIR/GCN/CFH/UFSC, 2020. (Livros Geográficos; v.8).
- MONTEIRO, C. A. de F. **Tempo de Balaio**. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2008. (Livros Geográficos; v.1).
- MOREIRA, R. Repessando a Geografia. In: SANTOS, M. (org.) **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- RANGEL, I. 500 Anos de desenvolvimento da América e do Brasil. **Geosul**, Florianópolis, n.15, v.8, p.7-12, 1993.
- RANGEL, Ignacio M. Carta Aberta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 65, nº20.443, 23 mar 1985b, Economia, p.9.
- RANGEL, I. **Economia: milagre e anti-milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985a. (Brasil: os anos de autoritarismo).



- RANGEL, I. O ciclo médio e o ciclo longo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.3, n.2, 1983.
- RANGEL, I. O mesmo ciclo uma nova história. Rio de Janeiro, Boletim **IERJ**, p.6-7, 1979.
- RANGEL, I. Dualidade e “Escravidão Colonial. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n.3, p.79-92, set. de 1978.
- RANGEL, I. Prefácio a Edição Brasileira. In: ALDANA, R. L. **Dialética do Subdesenvolvimento**. (tradução Ignácio Rangel). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- RANGEL, I. A inflação brasileira, Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1963b.
- RANGEL, I. A economia e a política ou Resposta a Guerreiro Ramos. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.4-5, p.14-24, jun-set, 1963a.
- RANGEL, I. Comércio Exterior e o Desenvolvimento. Entrevista do Sr. Inácio Rangel concedida a Vitor Márcio Konder). Rio de Janeiro, **Diário Carioca**, ano XXX – n.9119, 6/04/1958.
- RANGEL, I. Desenvolvimento e Projeto. Separata n.9, Belo Horizonte, **Revista Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG**, 1957.
- SANTOS, M. Relações Espaço-Temporais no Mundo Subdesenvolvido”, Seleção de Textos nº 1, **AGB**, Seção Regional de São Paulo, p. 17-23, dez. 1976.
- SANTOS, M. *Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método*, **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6ª Ed. São Paulo: Editora da USP, 2004.
- SCHAEFER, F. K. O excepcionalismo na Geografia: um estudo metodológico. Rio Claro, **Boletim Geografia Teórica**, v.7, n.13, p.5-37, 1977.
- SERENI, E. De Marx a Lenin: a categoria de formação econômico-social. **Revista Meridiano**, Buenos Aires, n.2, p.297-346, 2013.
- SILVA, L. **Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos e marxianos**. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana C.A., 2009.
- SELINGARD-SAMPAIO, S. **Indústria e Território em São Paulo: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.
- SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SPOSITO, E. S. Rede urbana e eixos de desenvolvimento: dinâmica territorial e localização da indústria e do emprego no estado de São Paulo. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **O novo mapa da indústria no início do século XXI**. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2015.
- TAVARES, M. C. **Acumulação de Capital e industrialização no Brasil**. 3º Ed. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998. (30 anos de Economia – UNICAMP, 6).
- TAVARES, M. C. Da “falsa via prussiana” à falsa via liberal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 76, nº24.644, 22 set 1996, Dinheiro 2, p.6.
- TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria Técnica, SUPREN, 1977.
- VIEIRA, M. G. E. de D. (1992). *Formação Social Brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido*. Dissertação (**Mestrado em Geografia**) – CFH, UFSC, Florianópolis, 1992.